

XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
HISTÓRIA, ACONTECIMENTO E NARRATIVA
UFPB - João Pessoa/2003

Simpósio Temático:
A História das Intervenções Urbanísticas e a Modernização das Áreas Centrais das Cidades

“Abertura da Avenida Dantas Barreto: a modernização do centro do Recife, 1930 – 1970”.

Virgínia Pontual
Rafaela Cavalcanti

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE

A idéia inicial de uma avenida que cortaria os bairros de Santo Antônio e São José transversalmente já era observada desde a primeira década deste século com o intuito de ligar o Viveiro do Muniz à Praça da República. A avenida Dantas Barreto foi proposta primeiramente por Nestor de Figueiredo, no Plano de Remodelação da Cidade do Recife, em 1932. Sua execução foi iniciada com o decreto-lei nº 378 de 20/12/1943 tendo se efetivado em três períodos de tempo: o primeiro, partiu da Praça da República à Praça da Independência; o segundo, seguiu da Praça da Independência até a Praça do Carmo, de onde bifurcava a avenida N. S. do Carmo e o terceiro continuou da Praça do Carmo à Praça Sérgio Loreto. Em cada um desses períodos a malha urbana e a tipologia arquitetônica referentes aos séculos XVIII e XIX foram destruídas. O patrimônio arquitetônico irreproduzível foi perdido e os impactos ainda estão presentes com a quebra da continuidade da configuração urbana desses bairros. O resgate dessa história, centrado nas práticas urbanísticas relativas ao urbanismo modernista e a preservação do patrimônio, tendo como mote interpretativo à noção de modernização é o foco do presente trabalho.

As concepções urbanísticas de reforma dos bairros de Santo Antônio e São José

Nos anos 30 dissemina-se o ideário do urbanismo modernista no Recife. Dentre as práticas presentes então cabe destacar os planos urbanísticos de Domingos Ferreira (1927 e 1931), Nestor de Figueiredo (1932) e Atilio Corrêa Lima (1936), além de pareceres e visitas técnicas a exemplo de Fernando de Figueiredo (1932) e Preste Maia (1933). Os documentos até então levantados sobre esses planos permitem dizer:

Domingos Ferreira elaborou dois planos de reforma do bairro de Santo Antônio, em 1927. Eles não se diferenciavam na sua concepção, mas nos desenhos das ruas a serem abertas, entre elas a atual Av. Dantas Barreto. “O traçado apresentava uma forma de leque com quatro avenidas irradiando-se a partir da Praça do Sol. Além disso, propunha-se o alargamento da rua João do Rego (atual Av. Dantas Barreto), que passaria a ter 20 metros no trecho compreendido entre a praça da República e a nova avenida vinda da Praça do Sol em direção a Praça da Independência, o que totalizaria 270 metros”.¹

No segundo plano, é modificado o traçado do primeiro, compreendendo a supressão de uma das vias projetadas; o aumento de duas outras, diminuindo em largura; e criação de “uma avenida antes inexistente, partindo da rua do Caju, cortando as duas primeiras avenidas e bifurcando-se para a rua Major Codeceira e a Praça da República com extensão total de 387 metros e largura similar às duas primeiras; retificada a rua Major Codeceira, diminuindo o alargamento da rua João do Rego para 15 metros, fazendo-o no trecho compreendido entre a Praça da República e a segunda avenida; retificando o lado direito da Rua do Caju entre as ruas João do Rego e General Abreu e Liam e alargada a rua Pedro Ivo para 12 metros até a Rua do Caju. É ainda proposta a abertura de mais três ruas com extensão total de 139 metros, o alargamento da Rua Ilha do Carvalho para 12 metros e o aproveitamento da Praça Barão de Lucena para loteamento e construção, o que já era previsto na versão anterior”.²

¹ OUTTES, Joel. O Recife pregado à cruz das grandes avenidas, 1927-1945. Recife: MDU/UFPE, 1991, p 46.

² Idem, p. 53.

Com a vinda para o Recife do urbanista Nestor de Figueiredo, é criada a Comissão Consultiva do Plano da Cidade com respectivas sub-comissões temáticas com o objetivo de dar pareceres, cujos subsídios auxiliassem esse urbanista na elaboração do plano. Dentre elas, cabe destacar a de História, Tradição e Monumentos da Cidade que estabeleceu uma classificação das edificações de valor histórico em duas categorias: 1) os rigorosamente preservados e 2) os que poderiam ser destruídos. Dentro da primeira categoria encontravam-se: o Palácio do Governo, o edifício da Biblioteca Pública, (atual Arquivo Público Estadual), o Teatro Santa Isabel, o convento de São Francisco, a capela Dourada, as igrejas do Espírito Santo, da Congregação, do Carmo, matriz de Santo Antônio, da Conceição dos Militares, São Pedro dos Clérigos e do Terço; todos localizados no bairro de Santo Antônio; enquanto no de São José, incluíam-se o forte das Cinco Pontas e a igreja da Penha, entre outros.

Este relato demonstra que a Praça Barão de Lucena, a Igreja do Paraíso, a Santa Casa de Misericórdia e o Quartel da Força Pública, eram então considerados de menor importância como patrimônio histórico a ser preservado, assim como o tecido urbano dos bairros de Santo Antônio e São José e, portanto, podiam ser destruídos.

Nestor de Figueiredo levando em consideração as contribuições das sub-comissões apresenta, em 1932, o seu plano propondo um sistema viário radial-perimetral que estabelecia uma melhor comunicação do centro com os bairros. Esse sistema seria composto por duas radiais que partiriam simetricamente da Praça da Independência. A primeira ligando o centro à zona oeste; e a outra avenida que partia da Praça da Independência fazia a ligação do centro com os bairros da zona Sul, tais como Boa Viagem, Afogados, Tegipió e Jaboatão. A influência do urbanista francês Alfred Agache, evidencia-se inclusive com a adoção das avenidas em “Y” e com os conjuntos urbanos de edifícios monumentais, formando grandes perspectivas. O plano de Nestor de Figueiredo, embora referendado pela Comissão do Plano da Cidade e aprovado por decreto municipal, foi, no ano de 1935, revogado, e essa Comissão, dissolvida.

Neste mesmo ano, o urbanista Aflíio Corrêa Lima foi convidado pelo governador Carlos de Lima Cavalcanti para dar parecer sobre o plano de autoria de Nestor de Figueiredo, e, em 1936, apresentou o Plano para o Bairro de Santo Antônio e o Plano de Expansão da Cidade. Entre as propostas para o bairro de Santo Antônio, cabe destacar a do sistema viário na Praça da Independência, por diferir daquelas apresentadas nos planos anteriores. O sistema viário proposto desviava o tráfego da Praça da Independência, substituindo a grande avenida de ligação entre esta praça e a Praça Duarte Coelho, prevista nos planos de Nestor de Figueiredo e de Domingos Ferreira.

Prevê, ainda, Correia Lima, a ocupação da Praça Barão de Lucena por um edifício sede da Prefeitura Municipal, “os alargamentos da rua João do Rego, Pátio do Paraíso e rua das Trincheiras, para a constituição de uma via de penetração, além do alargamento da rua Larga do Rosário no trecho compreendido entre as praças Barão de Lucena e da Independência, para o estabelecimento de uma ligação fácil entre as mesmas”.³

Diante das divergências entre os planos de Figueiredo e de Correia Lima, foi nomeada uma Comissão do Plano da Cidade pelo prefeito Novaes Filho, em 1937, no sentido de realizar uma revisão técnica das duas idéias e à indicação de procedimentos para a continuidade dos trabalhos, com o aproveitamento máximo do realizado. O relatório por ela produzido desaprovou o plano de Correia Lima e apresentou um Plano de Remodelação para o bairro de Santo Antônio, a partir do qual foram iniciadas as obras da Avenida 10 de Novembro e da Praça da Independência.

Cabe observar a presença de idéias tradicionais no relatório da sub-comissão de História, Tradição e Monumentos da Cidade; como também, no Movimento Regionalista e do seu principal expoente Gilberto Freyre, cujo Manifesto de 1926 propalava os valores regionais e tradicionais, entre os quais o do elogio ao mucambo e a apologia das velhas ruas estreitas do Nordeste.

“Reconheçamos a necessidade das ruas largas numa cidade moderna, seja qual for sua situação geográfica ou o sol que a ilumine; mas não nos esqueçamos de que a uma cidade do trópico, por mais comercial ou industrial que se

³ Idem, p. 139.

torne, convém certo número de ruas acolhedoramente estreitas nas quais se conserve a sabedoria dos árabes, antigos donos dos trópicos: a sabedoria de ruas como a Estreita do Rosário ou de becos como o do Cirigado que defendam os homens dos excessos de luz, de sol, e de calor ou que os protejam com a doçura das suas sombras. A sabedoria das ruas com arcadas, de que o Recife devia estar cheio. A sabedoria das casas com rótulas ou janelas em xadrez, que ainda se surpreendem em ruas velhas daqui e de Olinda” (Manifesto Regionalista de 1926, edição de 1955, p. 25).

Em 1951, Evaldo Cabral de Mello, numa edição do Grêmio Literário Ruy Barbosa intitulada “Aspectos da descaracterização do Recife”, em seguimento as idéias regionalistas ainda denunciava:

“O Recife está ameaçado. Ameaçado terrivelmente de descaracterizar-se. De ser absorvido por um outro Recife: o Recife que está começando a nascer. Um outro Recife. Um Recife estranho aos olhos dos provincianos”.

Há ainda a salientar a abordagem Josué de Castro, nos anos de 1940, especialmente no livro “Fatores de Localização da Cidade do Recife” e no artigo “Perspectiva ideal da cidade do Recife”, enfatizando na história do lugar - os fatores naturais e locacionais que modelaram a cidade - como requisito a ser respeitado quando do crescimento e progresso da cidade de modo a não artificializar ou desfigurar os vestígios de origem.

Cabe notar que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é criado em 1937, não existindo, até então, instituição e normas de proteção aos bens patrimoniais.

Embora tivesse sido aprovado o Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio, sugerido pela Comissão do Plano da Cidade, restava fazer o Plano de Expansão para o Recife. Com tal objetivo, foi reorganizada a Comissão do Plano da Cidade em 1942, e sugerida, pela unanimidade de seus membros ao Prefeito a formulação de convite ao urbanista João Florense de Ulhôa Cintra (Diretor de Obras da Prefeitura de São Paulo), para que o mesmo viesse elaborar o plano da cidade, juntamente com a Comissão. Em junho, Ulhôa Cintra apresentou as “*Sugestões para Orientação do Estudo de um Plano Geral de Remodelação e Expansão da Cidade do Recife*” e, em 15 de julho de 1943, foram às mesmas aprovadas por unanimidade pela Comissão.

Em oposição à solução centralista proposta nos outros planos e evitando a Praça da Independência como foco de atração e distribuição da circulação do núcleo central, Cintra propôs um perímetro de irradiação. Esse perímetro partiria do aterro a ser realizado na confluência dos rios Capibaribe e Beberibe na bacia de Santo Amaro, através de duas pontes, uma na direção da Praça da República, ao norte do bairro de Santo Antônio, e a outra, no sentido da Praça Tiradentes, no bairro do Recife. A implantação desse perímetro exigiria a abertura e o alargamento de ruas nos bairros de Santo Antônio e Recife, principalmente a construção da Avenida Coronel Suassuna (atual Dantas Barreto). Complementando esse perímetro, tem-se a formulação da proposta completa da abertura da Avenida Dantas Barreto, conforme está destacado no desenho do ensaio de estabelecimento de um perímetro de irradiação de Ulhôa Cintra.

Cabe notar, que no relatório de Cintra está expressa a preocupação de coexistência do novo com o antigo, ao fazer referência ao urbanista inglês Barry Parker ao plano da cidade do Porto, apontando a possibilidade de outro caminho, diverso daquele que propagava a necessidade de arrasamento do antigo para a construção do novo.

“Percorri demoradamente os bairros velhos e me convenci da justeza dos conselhos daquele urbanista de coração. Ao lado de chagas, sem dúvida, depararam-se-me inúmeras visões arquitetônicas isoladas e de conjunto, de uma arquitetura simples e honesta que a evolução modernista raramente consegue superar. Enfim, muito mais coisa de conservar que de destruir”. (Revista Arquivos, 1943, p. 270)

Entretanto, em 1943 começam as demolições no Pátio do Paraíso para a abertura da avenida Dantas Barreto, no trecho entre a Praça da República e a atual Avenida Guararapes. No ano seguinte, é desapropriada a igreja de Nossa Senhora do Paraíso para a continuação das obras, sendo demolidos outros edifícios históricos, a exemplo do Hospital São João de Deus (1686), o Quartel do Regimento de Artilharia (1786) a Academia do Paraíso reduto do movimento de 1817.

A modernização dos bairros de Santo Antônio e São José

A modernização empreendida a partir da abertura da Avenida 10 de Novembro e da Praça da Independência requerendo a demolição dessas edificações e do tecido urbano de épocas anteriores é seguida. O segundo trecho, entre a Praça da Independência e até a Praça do Carmo, é iniciado nos anos seguintes, pelo prefeito Novaes Filho. Esse trecho compunha o perímetro de irradiação que articularia os bairros da Boa Vista, Santo Antônio e Recife, previsto por Ulhôa Cintra. O projeto previa uma faixa de tráfego de 32 metros de largura, fazendo a ligação da Praça da República ao Cais de Santa Rita e passando pela Praça do Carmo, onde iria encontrar-se a artéria projetada que partia da futura Estação Central das Cinco Pontas em direção ao norte da cidade. Entretanto, Novaes Filho não concluiu a Avenida Dantas Barreto, apenas, demolições foram realizadas e, em 1946, a Comissão do Plano da Cidade modificou o traçado inicialmente proposto. Nas palavras de Novaes Filho estão sintetizadas as visões de uma época de modernizações:

“Logo terminem as demolições dos restantes prédios para alargamento da Praça da Independência, iremos dar início às obras da Avenida Dantas Barrêto, fazendo desaparecer os bêcos infectos, as casinholas modestas, para que a nova artéria, que será o orgulho do meu Recife, comece a crescer para prestígio da cidade (...)” (Folha da Manhã, 04/01/1945).

“Logo terminem os trabalhos da Praça da Independência daremos início às demolições da Matriz de Santo Antônio ao Pátio de São Pedro, para abertura dêsse trecho da nova Avenida que será um dos serviços melhores que prestaremos ao Recife. O Recife não pode nem deve parar. Tem que evoluir, renovar-se, acompanhar o seu ritmo de trabalho e as suas qualidades de fé e de capacidade” (Folha da Manhã, 25/01/1945).

De 1920 a 1940, a modernização do Recife permaneceu como sinônimo de destruição do tecido colonial expressando influências e traduções do urbanismo modernista. Esta representação dos urbanistas era encampada por Novaes Filho, que como Prefeito efetivou tais intervenções, tanto que a Av. Dantas Barreto junto a Av. 10 de Novembro e a Praça da Independência compunham o conjunto urbano marca do trabalho, da firmeza e da obstinação dos que faziam o Estado Novo. Entretanto, a abertura da Avenida Dantas Barreto não foi tão pacífica quanto a da Avenida 10 de Novembro. Este governante ao afirmar o propósito de proceder às demolições para abertura da Dantas Barreto, apelava aos comerciantes para que não entrassem o esforço da municipalidade e providenciassem a mudança do estabelecimento comercial com brevidade, mas tais providências eram proteladas. Tanto que, ao assumir o cargo de Prefeito, em 1946, Pelópidas Silveira defrontou-se com a permanência da situação, tendo contado com a indignação e repúdio dos intelectuais que se mantiveram propugnando a modernização prefigurada.

“Os que procuram embaraçar a execução do plano da cidade estão conspirando contra o seu progresso e contra os seus melhores interesses” (Diário de Pernambuco, 21/03/1946).

“De um lado estão casebres de pequeno comércio, alguns infectos, porque desde a notícia de futura condenação deixaram de receber melhoramento, inclusive limpeza, e seus ocupantes serão prejudicados. Do outro lado, não é preciso que diga o que representará para a cidade a avenida nova” (Jornal do Comércio, 13/03/1946).

“Continue, dr. Pelópidas Silveira. Continue! A cidade é um organismo sadio, liberto das indecisões e das experiências da primeira idade (...). Destrua, snr. prefeito, vielas; abra avenidas, dê ar e luz a nossa querida capital. E feche os ouvidos aos comovedores prantos na sua quase totalidade oriundos de olhos deslumbrados pelo egocentrismo” (Jornal do Comércio, 10/03/1946).

Não só os comerciantes desalojados dificultaram a modernização da cidade por meio da abertura da Avenida Dantas Barreto; também, a Folha da Manhã tendo sido, no Estado Novo, ardorosa defensora desta obra voltou-se, então, contra a mesma qualificando-a de suntuária e grã-fina. Os motivos políticos motivaram a mudança de posição, sendo argumentado como justificativa as circunstâncias de escassez de recursos financeiros.

“Trabalho que classificamos de dispendioso, suntuário, quase impossível de ser realizado, no momento. Salientamos que a hora não comporta tão gigantesco plano urbanístico (...)” (Folha da Manhã, 08/03/1946).

As demolições dos prédios já indenizados para abertura da Avenida Dantas Barreto, foram reiniciadas a 21 de março de 1946 e em cinco dias foram demolidos 23 prédios, nas seguintes ruas: três na rua Sigismundo Gonçalves; sete na rua das Trincheiras; seis da rua Estreita do Rosário; quatro da rua das Laranjeiras; e três da Praça do Carmo. As desapropriações, ainda por fazer, no segundo trecho, entre a rua Nova e a Praça do Carmo, totalizavam 42 prédios sendo treze na rua das Laranjeiras, um na rua Sigismundo Gonçalves, dezesseis na rua das Trincheiras, cinco na rua Estreita do Rosário e sete na Praça do Carmo. E, os terrenos resultantes do reloteamento dos terrenos marginais a avenida seriam vendidos mediante concorrência pública.

No entanto, neste mesmo momento, ainda, eram várias as dúvidas quanto ao traçado e dimensão da avenida Dantas Barreto; mas a continuidade das intervenções modernizadoras seria assegurada. Este foi o principal motivo da entrevista concedida por Pelópidas Silveira, em 20/07/46, explicando o novo traçado da Avenida Dantas Barreto e justificando a demolição ou preservação de monumentos antigos⁴. A avenida Dantas Barreto passaria a vir em linha reta da Praça da República até a Praça do Carmo, partindo, daí, uma outra avenida de 34 metros de largura, atingindo o cais Martins de Barros, entre o Grande Hotel e o novo edifício do Instituto dos Industriários. Da Praça do Carmo continuaria a Dantas Barreto até a Praça Sérgio Loreto, com 50 metros de largura, constituindo-se este o terceiro trecho. Para efetivar este novo traçado seria demolida a Igreja dos Martírios, sob o argumento de não ser a mesma tombada pelo Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico; conservado o pátio de São Pedro com o seu calçamento, as ruas Felipe Camarão e das Águas Verdes e proibido a construção de novos prédios no entorno desta igreja, a fim de não sacrificar a sua perspectiva. A abertura da Avenida Dantas Barreto teve prosseguimento, com a realização de desapropriações e demolições do segundo trecho, mas o terceiro trecho só vem se dar noutros tempos.

“A Av. Dantas Barreto virou, definitivamente, ‘obra de Santa Engracia’, pouco se registrando para apressá-la. Ninguém sabe quando é que terminam as obras da rua das Florentinas, uma rua condenada a desaparecer, como foi a rua do Cabugá, perto de Santo Antônio” (Coluna Coisas da Cidade, Diário de Pernambuco, 11/11/1959).

Na segunda metade da década de 1950 a abertura da Avenida Dantas Barreto ainda representava progresso e a arquitetura colonial, a ser demolida para sua efetivação, resquício de insalubridade e vergonha.

“Mas, tão somente em nome desse progresso, apelamos para o prefeito Pelópidas Silveira e para a Câmara Municipal do Recife, no sentido de ser encontrada uma solução capaz de determinar o prosseguimento da Avenida Dantas Barreto e a derrubada, o quanto antes, do entrave, que outro não é senão aquele bloco constituído de pardieiros infectos (...) já que estão em jogo não o interesse político de grupos, mas o progresso da cidade, a sua modernização, a sua urbanização” (Diário da Noite, 10/04/1957).

Apesar da abertura da Dantas Barreto ser ainda defendida, ao final de 1959, foi divulgado que essa intervenção não descongestionaria o tráfego e já não se compatibilizava com a nova concepção de urbanismo. As novas idéias seriam a de descentralização do tráfego ou do desvio do centro para a periferia. Esta nova visão e os custos decorrentes de sua abertura, em especial, as onerosas desapropriações determinaram a suspensão desta intervenção, assim registrada na imprensa local.

“Avenida Dantas Barreto parou: pouco dinheiro e pouca utilidade” (Diário da Noite, 17/11/1959).

⁴ Jornal do Comércio de 20/07/46 - “A Remodelação do Bairro de Santo Antônio Dará Nova Fisionomia à Cidade”. O projeto inicial de abertura da Dantas Barreto era assim previsto: com 35 metros de largura e em linha reta desde a praça da República até a Praça do Carmo, infletindo para o cais de Santa Rita, passando ao lado do mercado de São José e atingindo o cais na altura da rua do Porão. Com o aterro da doca de Santa Rita e com a construção de uma outra ponte para o bairro do Recife, essa avenida constituiria uma perimetral. Essa hipótese foi afastada pois não houve a concordância com o projeto do governo federal para o porto razão da modificação do traçado.

Embora na década de 1950 e, principalmente, na década de 1970, quando o terceiro trecho é efetivado, o SPHAN já existisse e o ideário da preservação fosse do conhecimento dos urbanistas as demolições continuaram e o legado urbanístico e arquitetônico do século XVIII e XIX foi destruído.